

A invisibilidade das questões étnico- raciais na formação inicial de professores

Janaiára Maria de Paiva Ferreira¹ 

Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, Sobral- Ceará, Brasil

Resumo

Considera-se que o campo de formação de professores ainda se encontra pautado em vieses eurocêntricos, o que implica na exclusão de uma pluralidade de saberes nos currículos, de modo que, evidencia a relevância de trazeremos para a discussão temáticas ainda invisibilizadas na formação de professores, a exemplo, das relações étnico- raciais. Assim, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre a invisibilidade de temáticas sobre as relações étnico- raciais nos cursos de licenciatura, como também identificar os desafios decorrentes de tal ausência na atuação dos professores. Para isso, a metodologia adotada constituiu-se em pesquisa bibliográfica e participante. Neste sentido, compreende-se que para que ocorra uma transformação social e epistêmica perpassa a formação de professores, sendo esta central para a construção de uma educação antirracista, e no tocante a transformação das universidades, requer mudança na forma que esta é estruturada, isto é, na sua organização e currículo adotados.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Formação de professores. Perspectiva da diferença. Relações étnico- raciais.

The invisibility of racial ethnic issues in the initial training of teachers

Abstract

It is considered that the field of teacher training is still based on Eurocentric biases, which implies the exclusion of a plurality of knowledge in curriculum, so that it highlights the relevance of bringing to the discussion themes still invisible in the formation of teachers, such as ethnic-racial relations. Thus, the research aims to reflect on the invisibility of themes about ethnic-racial relations in undergraduate courses, as well as to identify the challenges arising from this absence in the performance of teachers. For this, the methodology adopted was a bibliographic and participant research. In this sense, it is understood that for a social and epistemic transformation to occur, it permeates the training of teachers, which is central to the construction of an anti-racist education, and with regard to the transformation of universities requires change in the way it is structured, that is, in its organization and curriculum adopted.

Keywords: Eurocentrism. Teacher training. Perspective of difference. Ethnic-racial relations.

1 Introdução

Considero ser importante para a construção desta pesquisa explicitar o lugar de onde observo as questões aqui analisadas, visto que enquanto pesquisadora

negra e futura professora da Educação Básica, almejo pelo rompimento da lógica eurocêntrica e monocultural ainda presentes em vários setores da sociedade, sendo um deles, no campo da formação inicial de professores, que estruturados em tais vieses eurocêntricos, desperdiça a pluralidade de saberes em seus currículos.

Neste preâmbulo, em razão da suposta universalidade eurocêntrica, a qual subjogava e inferiorizava os descendentes da população negra, percebo o quanto meu direito de ser foi negado, de modo que, no decorrer da educação básica, vivenciei minhas primeiras experiências racistas. Assim sendo, o ensino mediado a partir somente da narrativa do colonizador, fomenta no nosso imaginário que tanto o genocídio e epistemicídio sofridos pelos povos indígenas, quanto o sequestro e escravização impostas aos negros africanos foram processos necessários, e portanto, justificáveis para que ocorresse a ocupação e povoamento da recém colônia “descoberta” pelos europeus, que conforme aquela perspectiva eram vistos como verdadeiros heróis e responsáveis pelo processo de civilização, progresso e desenvolvimento do país.

Dessa forma, essas experiências entre outras vivenciadas, exemplificam como as relações étnico-raciais são complexas, fazendo-se imprescindível um amplo conhecimento teórico-metodológico por parte de todos os envolvidos no processo educacional acerca de temas como racismo, preconceito e discriminação racial. Tal relação viabiliza refletir sobre a necessidade do debate das questões étnico- raciais na formação inicial de professores.

Assim, pois, objetiva-se na pesquisa refletir acerca da invisibilidade de temáticas sobre as relações étnico- raciais nos cursos de licenciatura, bem como identificar os desafios que a tal ausência pode implicar na atuação docente.

2 Metodologia

A presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa do tipo exploratória, pois está centrada em investigar ações institucionais e formativas numa vertente subjetiva acerca da formação de professores. A tipologia da pesquisa é de caráter básico, uma vez que a intenção é discutir, refletir e gerar conhecimentos sem

necessariamente esgotar a temática, mas sim ampliar o debate. Por final, os procedimentos metodológicos consistem essencialmente em levantamento bibliográfico e análise documental, no que tange a lei 10. 639/03.

3 Resultados e Discussões

3

A Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) no Brasil é fruto do protagonismo do Movimento Negro e dos movimentos intelectuais, que historicamente denunciaram a imposição da lógica eurocêntrica existentes nos currículos escolares. Com efeito, essa epistemologia favoreceu a hierarquização da lógica racial hegemônica, em que somente os saberes produzidos pelos povos colonizadores brancos foram considerados conhecimentos legítimos, e, portanto, universais.

Em oposição a essa ótica, foi publicada a Lei n°. 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e da Cultura Africana e Afro-Brasileira em todos os sistemas de ensino da educação básica. No ano seguinte foi instituído o Parecer CNE/CP n°. 003/2004 que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais (DCNERER).

Assim sendo, a implantação da Lei n°. 10.639/2003 e as orientações previstas nas DCNERER representam mecanismos pedagógicos e políticos que provocaram um deslocamento epistêmico no tocante ao reconhecimento e à valorização da história e cultura afro-brasileira, no currículo. Isto significa que, embora tenha sido subalternizada por longos anos, a cultura afro-brasileira resistiu e os conhecimentos do legado da herança africana permanecem vivos, e se contrapõem à hegemonia epistêmica colonial de matriz europeia, de modo que, ressignifica o currículo escolar através de outras perspectivas de ensino.

Neste preâmbulo, tanto as legislações quanto as orientações deixam claro o papel da formação de professores para o combate ao racismo e para a reeducação das relações étnico- raciais. Em outras palavras, além da inserção de temáticas que contemplem os conhecimentos pertencentes a matriz africana, recomenda-se a devida preparação desses profissionais a fim de que estes tenham condições de

intervir diante de situações racistas rompendo, portanto, com a realidade de silenciamento no tocante às relações discriminatórias e preconceituosas sofridas pelos discentes negros e negras dentro do ambiente escolar.

Assim sendo, selecionamos algumas pesquisas realizadas sobre cursos de formação docente e relações étnico-raciais a fim de apontar cenários recorrentes por elas levantados. Nesta perspectiva, no artigo de Passos e Nogueira (2019), intitulado *A educação das relações étnico-raciais no currículo: as licenciaturas em Geografia em Santa Catarina*, a autora analisa os currículos de cursos de licenciatura em Geografia de cinco instituições de ensino superior localizadas no estado de Santa Catarina, buscando perceber de que maneira as questões étnico-raciais se apresentam nesses cursos. Para isto, a autora analisa as grades curriculares do curso supracitado, e percebe que embora a legislação e as normativas curriculares tenham assimilado as questões raciais como estruturantes no corpo de seus textos, a presença de tais discussões e de conhecimentos ainda são bem tímidos nesses cursos.

Essa ausência pode ser em razão do eurocentrismo que ainda perpetua as universidades, e, portanto, faz parte desse processo a negação de conhecimentos que não foram/são legitimados pela ciência moderna-ocidental, o que implica que as discussões sobre as relações étnico-raciais desempenham um papel secundário nos currículos dos cursos. Além disso, a autora aponta que “o confinamento racial a que está imerso o mundo acadêmico contribui significativamente para a baixa institucionalização de conhecimentos que possibilitem que as questões raciais sejam tratadas no currículo” (PASSOS; NOGUEIRA, 2019, p. 08). Assim, considera que outro elemento que influencia a continuidade da invisibilização das relações étnico-raciais deve-se à rigidez da estrutura curricular, haja vista que tradicionalmente no processo de elaboração dos componentes curriculares, conhecimentos que apresentem os povos subalternizados (negros e indígenas) pelo sistema moderno-colonial em contextos positivados são quase inexistentes.

Em outra pesquisa de Passos (2014), *As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados*, são examinadas as ofertas de componentes curriculares que abordam as relações raciais a partir da análise de

projetos pedagógicos dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura em História de 10 universidades catarinenses. Conquanto, antes de fazer essas análises, a autora discute que as mudanças curriculares a despeito das relações raciais são influenciadas por diversas frentes, e nos lembra que a Lei n. 10.639 é fruto da luta do movimento negro e que, a partir do fim da década de 1970, a escola se constitui a “principal instituição para o exercício da diversidade como direito” (PASSOS, 2014, p. 174) para tal movimento. De modo que, a autora discorre sobre a instituição de leis semelhantes à n. 10.639 de abrangência municipal e estadual em diversas localidades brasileiras desde então. Em Santa Catarina, por exemplo, a partir da década de 1990, quatro cidades incluíram a história afro-brasileira em seus currículos: Itajaí, em 1993, Florianópolis e Tubarão, em 1994, e Criciúma, em 1997. Porém, a autora aponta a baixa eficácia e eficiência dessas leis, apesar da atuação dos movimentos negros no Estado nas questões educacionais.

Outra frente evidenciada pela autora, diz respeito ao fato de que as políticas educacionais brasileiras sofreram uma crescente intervenção de organismos internacionais a partir da década de 1990, como, por exemplo, a Unesco, que apresenta a diversidade como objeto de suas resoluções. E ainda no âmbito internacional, a autora exemplifica o fato de o Brasil ser signatário das Resoluções da III Conferência Internacional sobre Racismo, Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, que aconteceu em Durban, África do Sul, em 2001, o que significa que o país se comprometeu em ampliar as discussões acerca das questões étnico-raciais em diversos planos de ações para a promoção da igualdade racial, incluindo programas de ações afirmativas. Diante desse cenário, Passos (2014, p. 177) parte para a análise dos projetos pedagógicos, apontando que, embora a investigação esteja limitada aos documentos, ela oportuniza “problematizar as intencionalidades declaradas pelas instituições sobre a formação docente.” (PASSOS, 2014, p. 177). Assim, a autora ainda aponta os principais conceitos abordados nas ementas (multiculturalismo, diversidade, identidade, diferença e etnia) e conclui que as relações raciais ainda ocupam lugares periféricos nos currículos, tanto pela generalidade da abordagem quanto pela carga horária insuficiente para as discussões.

É notório a necessidade de ampliação da Lei 10. 639/03 que já atingiu sua maioria a partir dos currículos do ensino superior, uma vez que o processo de formação inicial de professores compõe parte central para a construção de uma educação antirracista, como bem aponta Godoy (2017) em seu artigo *A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a Lei 10.639/03*. A pesquisadora analisa ementas, matrizes curriculares e Projetos Político-Pedagógicos de 22 cursos de Licenciatura em Pedagogia de instituições de ensino superior localizadas em 20 municípios do Estado de São Paulo, a maioria deles sendo em universidades privadas. Neste sentido, Godoy ressalta a importância dos movimentos sociais na “discussão e na preposição de ações políticas voltadas para regular o racismo e o preconceito étnico-racial.” (GODOY, 2017, p. 78). A autora considera que, na universidade, o mito da democracia racial ancora-se na cultura, e, entende o professor enquanto “um agente social mediador da cultura humana e construtor de conhecimentos” (GODOY, 2017, p. 82), e por esta razão é indispensável que ele tenha instrumentos para promover o enfrentamento ao racismo. Assim, para ela, a intencionalidade tem papel essencial no rompimento da reprodução das desigualdades raciais no âmbito escolar, defendendo que “uma política materializada somente pela prescrição legal não é suficiente para promover as transformações necessárias” (GODOY, 2017, p. 89).

Na pesquisa dos autores Souza, Moreira e Oliveira (2022), que tem como título *formação de pedagogos em instituições EaD: reflexões sobre as questões étnico- raciais*, em que os mesmos visam entender como a História e Cultura encontra-se nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, assim como se os profissionais formados têm conhecimento para colocar em prática as políticas de ações afirmativas, como a Lei 10. 639/03. Para isso, os autores realizam entrevistas com três pedagogas formadas em diferentes instituições de EaD em Salinas-MG, e chegam a conclusão de que embora as sujeitas da pesquisa compreendam a importância em trabalhar as questões étnico- raciais, entretanto, apresentam uma formação insuficiente no que diz respeito a temática, o que dificulta a aplicabilidade de tais conceitos em sala de aula.

No artigo *Formação docente e a inclusão das relações étnico- raciais na Educação Básica* de Ferreira (2021), o autor evidencia a importância da inclusão da História e da Cultura Afro- Brasileira e Indígena nos currículos da educação básica, com foco na valorização da diversidade e desmitificação dos saberes produzidos pelos povos subalternizados. Ademais, o autor também chama atenção para o papel do professor na luta antirracista, de modo que “não basta apenas o professor reconhecer o compromisso de ministrar em sala de aula a importância do ensino das relações étnico- raciais, ele precisa estar preparado com bases teóricas para conduzir discussões com os alunos” (FERREIRA, 2021, p. 4). Isto significa que, é fundamental que o professor tenha conhecimento sobre a lei 10. 639/03, assim como das DCNERER para que possa transgredir o currículo monocultural e eurocêntrico. Conquanto, tensionar essa mudança na prática do professor perpassa refletir sobre o processo de formação, ou seja, requer que as Instituições de Ensino Superior (IES) reavaliem seus projetos políticos pedagógicos a fim de incluir outras epistemologias.

Por fim, a pesquisa de Coelho e Coelho (2018, p. 25) analisou projetos político-pedagógicos dos cursos de licenciatura em História de dez universidades federais brasileiras. Assim, os autores afirmam que:

Formar professores de História tem implicado, via de regra, na oferta de uma discussão arraigada na tradição disciplinar, pautada na divisão quadripartite, infensa à crítica à preponderância da perspectiva eurocêntrica e que assume a prática docente como uma instrumentalização do saber de referência para fins didáticos.

Em todos os cursos analisados a compreensão dos períodos históricos apresentam centralidade, organizados conforme a divisão quadripartite de história, acrescidos da trajetória histórica brasileira, americana e regional. Uma concepção eurocêntrica de história, uma vez que a centralidade se concentra na história europeia. Nas palavras de Coelho e Coelho (2018).

Analisando a carga horária das disciplinas dos cursos, pode-se notar a grande distância entre a carga horária destinada a disciplinas historiográficas e teóricas, comparadas a disciplinas didáticas e de

formação docente. O percentual das disciplinas e cargas horárias sobre a temática étnico-racial é irrisória quando comparada com as demais, sendo que em dois cursos, nem constam (Coelho e Coelho, 2018, p. 30).

8

Ainda com base nas ementas das disciplinas e das bibliografias, os autores apontam que a Europa tem centralidade, tanto nas análises acerca da divisão quadripartite, assim como nas análises voltadas à história da América, África, História Indígena e do Brasil, como também em disciplinas teórico-metodológicas reforçando, portanto, o discurso do eurocentrismo que opera em nosso imaginário da Europa como centro do mundo, em que todos os demais territórios caso desejem civilizar-se e atingir desenvolvimento, deve-se seguir os passos do continente europeu. Isto significa que, os autores concluem que as disciplinas inseridas não dão conta de problematizar as questões étnico-raciais, ou seja, os cursos ainda permanecem sob a lógica curricular eurocêntrica.

Percebe-se, pois, que os resultados apresentados nas pesquisas são preocupantes tendo em vista que nos artigos analisados, o debate das questões étnico- raciais encontram-se aquém do recomendado pelas legislações, o que deixa implícito a inadequação dos currículos e o descaso dos cursos de licenciaturas de algumas instituições de ensino superior em romper com os discursos hegemônicos, o que torna inviável pensar as escolas enquanto espaços democráticos e antirracistas em que todos os alunos tenham suas dignidades respeitadas.

Neste preâmbulo, ressalta-se que a ausência de formação inicial de professores na perspectiva de valorização da diferença, isto é, que reconheça e valorize a diversidade étnico- racial, reforça as manifestações racistas, resultantes de um processo que por gerações silenciou a importância de conhecer o legado da herança da população negra escravizada pelos europeus. Ademais, alerta-se para o fato de que num contexto histórico de legitimação e hegemonia do conhecimento eurocêntrico, pode contribuir para que muitos docentes não saibam desenvolver práticas pedagógicas que valorizem a história e a cultura afro-brasileira e africana, por terem introjetado a superioridade dos saberes do colonizador, de modo que, podem até mesmo negar a existência de diferenças étnico-raciais no cotidiano escolar.

Dessa maneira, faz-se necessário uma formação inicial, que permita aos futuros docentes o questionamento de que forma a imposição de uma única narrativa inviabiliza o desenvolvimento de uma educação na perspectiva de reconhecer e respeitar as diferentes culturas que compõem a história do povo brasileiro. Isto significa que, na formação docente, é crucial o desenvolvimento de práticas que potencializem o fazer pedagógico crítico no tocante às questões étnico-raciais, assim como o estabelecimento de momentos para se contestar práticas monoculturais ainda presentes nas instituições escolares, enquanto uma estratégia de desconstruir a visão eurocêntrica de currículo e promover o diálogo a partir da perspectiva da diferença.

4 Considerações finais

Assim, pois, as instituições formativas uma vez estruturadas somente no conhecimento moderno ocidental, opera para o fortalecimento e legitimação da lógica hegemônica eurocêntrica, e, conseqüentemente, não reconhece os saberes produzidos pelas populações subalternizadas.

Nesta perspectiva, é imprescindível o estabelecimento de diálogos com potencial de transformação epistêmica com o intuito de enfrentar o racismo ainda presente nas instituições escolares, assim como o racismo epistêmico contemplados nos currículos. Destarte, considera-se, que para que tais ações sejam efetivamente implementadas, passam por diversos impasses, sendo um deles, a formação de professores, visto que o processo formativo muitas vezes ainda permanece sendo orientado em padrões eurocêntricos, aos quais exclui e invisibiliza os conhecimentos de origem africana e afro-brasileira e, portanto, omitindo-se da realização de debates sobre questões centrais à vida cotidiana escolar, como, por exemplo, o racismo, discriminação racial e preconceito.

Por esta razão, compreende-se que a transformação da universidade brasileira do ponto de vista do conhecimento eurocentrado só pode ocorrer de modo satisfatório quando contemplar a totalidade de sua estrutura e organização. Para isso, alguns avanços já foram dados e não podem ser desconsiderados, como a Lei

10.639/03, que apesar de que ainda aconteça de uma forma insuficiente e fragmentada uma vez que, por séculos, os saberes da população africana e afro-brasileira foram vistos enquanto irrelevantes para serem incluídos nos currículos acadêmicos, por serem estrategicamente pensados como desprovidos de qualquer conhecimento legítimo.

Dessa maneira, conclui-se, que pensar a formação de professores, na perspectiva de uma educação para as relações étnico-raciais, é imprescindível para a construção de uma sociedade menos excludente e hierárquica, que priorize a equidade de oportunidades, respeitando as diferenças culturais e raciais.

Referências

Brasil. (2003). **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

Brasil. (2004). **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

Brasil. (2006). **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03 - percursos de formação para o trato com a diferença?. **Educação em Revista**, 34, 1-39, 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/0102-4698192224>. Acesso em: 02 fev. 2022.

FERREIRA, João Rydllem Alcantara. Formação docente e a inclusão das relações étnico- raciais na Educação Básica. **Ensino e Perspectiva**, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6021>. Acesso em: 12 out. 2022.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro brasileiro indaga e desafia as políticas educacionais. **Revista ABPN**, Vol. 11, 141-162, 2019. <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2019.v11.c.1.p141-162>. Acesso em: 02 fev. 2022.

GODOY, Eliete Aparecida de. A ausência das questões raciais na formação inicial de professores e a Lei 10.639/03. **Revista de Educação**, Campinas, v. 22, n. 1, p.

77-92, março, 2017. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reeducacao/article/view/3433> . Acesso em: 01 fev. 2022.

PASSOS, Joana Costa dos. As relações étnico-raciais nas licenciaturas: o que dizem os currículos anunciados. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 8, n. 13, p. 172-188, junho. 2014. Disponível em: <http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/2254> . Acesso em: 01 fev. 2022.

11

PASSOS, Joana Costa dos; NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. A educação das relações étnico-raciais no currículo: as licenciaturas em geografia em Santa Catarina. **Roteiro**, Joaçaba, vol. 44 n. 1, p. 1-24, jan./abr. 2019 | e17246 |E-ISSN 2177-6059. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/17246>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SOUZA, Charles Pereira de; MOREIRA, Victor Marinho Rodrigues; OLIVEIRA, Edna Guiomar Salgado. Formação de pedagogos em instituições em EaD: reflexões sobre as questões étnico- raciais. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022. ISSN: 2675-9144. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/7565>. Acesso em: 11 out. 2022.

ⁱ **Janaíara Maria de Paiva Ferreira**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2357-4256>

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG),
Universidade Cândido Mendes (UCAM)

Mestranda em Geografia pelo Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG/UVA), Especialista em Ensino de Geografia pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), graduada em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Pedagogia Universitária (GEPPU) e, do Laboratório de Pesquisa e Estudo no Ensino de Geografia (LAPEGEO).

Contribuição de autoria: Autora

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5645681488487631>

E-mail: janageo2013@gmail.com

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

FERREIRA, Janaíara Maria de Paiva. A invisibilidade das questões étnico- raciais na formação inicial de professores. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, 2022.

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-11, 2022

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/>

ISSN: 2675-9144



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)
Atribuição 4.0 Internacional.